

A Educação de Jovens e Adultos no contexto da organização do trabalho capitalista

Conceição de Maria da Silva Soares Cruz*

Resumo

Este trabalho consiste em uma reflexão acerca da Educação de Jovens e Adultos nas mudanças ocorridas na organização do trabalho do mundo Capitalista. A educação apresenta-se como diferencial agregador de competências aumentando o grau de empregabilidade. Porém, as dificuldades encontradas na educação do nosso país fazem parte de sua história e a sociedade brasileira vivencia uma profunda crise no âmbito educacional, onde grande parte da população não tem acesso ao ensino público de qualidade e os que têm não conseguem a inserção no mercado de trabalho formal já que o mesmo é extremamente excludente.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Organização do trabalho. Competitividade.

Introdução

A Educação de Jovens e Adultos como a educação em geral sempre esteve atrelada aos aspectos políticos, econômicos e sociais do país. De acordo com as necessidades do mercado do trabalho, a educação é moldada para atender a este buscando formar mão-de-obra qualificada para serem utilizadas na produção capitalista. Esse artigo visa discutir este aspecto da EJA situando-a no contexto da organização do trabalho no modo de produção capitalista.

* Aluna do curso de pós-graduação *Lato Sensu* em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Orientadora: Judith Maria Daniel de Araújo

Na primeira parte faz-se um histórico da EJA situando-a no contexto da organização do trabalho Fordista/Taylorista e no Toyotista. Procura-se estabelecer a relação das formas de organização do trabalho e aquilo que exige da educação para formação do aluno-trabalhador para inseri-lo como mão-de-obra qualificada para trabalhar na sua produção.

Na segunda parte propõe-se traçar, através de coleta de dados e pesquisa de campo, o perfil do aluno trabalhador do PROEJA do Instituto Federal Fluminense (IFF) Campus Campos dos Goytacazes – Centro.

Nas Considerações Finais é realizada uma reflexão sobre a necessidade de desenvolver um novo olhar para esta modalidade de educação fazendo com que o aluno-trabalhador seja visto como um sujeito que ali está não só para buscar conhecimentos, mas também para partilhar saberes constituídos ao longo de sua trajetória e que a sua formação seja para a transformação da sua realidade e não tão somente apenas para garantir a sua empregabilidade no mundo do trabalho.

Breve histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil¹

Estamos no século XXI e muito se tem falado e escrito sobre a Educação de Jovens e Adultos. A história da EJA no Brasil se inicia a partir dos anos 1930, onde a oferta de ensino público primário, gratuito e obrigatório se torna direito de todos. Com o fim da ditadura do Estado-Novo, era preciso desenvolver a produção econômica, aumentar o contingente de eleitores, integrar ao setor urbano às levas imigratórias vindas do campo e reduzir a taxa de analfabetismo. Em 1947 é lançada a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, dirigida principalmente para o meio rural. Em 1952 foi lançada a Campanha Nacional de Educação Rural, uma iniciativa conjunta dos ministérios da Educação e Saúde com o Ministério da Agricultura. Estas duas campanhas foram extintas em 1963.

A partir de 1960, surgem alguns movimentos populares que tinham como objetivo primordial a alfabetização de jovens e adultos. Ministrados por estudantes e intelectuais, estes movimentos desenvolviam uma nova perspectiva de cultura e educação popular promovendo uma educação de adultos crítica, voltada para a transformação social e não somente para a integração da população a processos de modernização da economia. Assim

¹ Pesquisa bibliográfica realizada no livro de Leôncio José Gomes Soares – *Diretrizes Curriculares Nacionais Educação de Jovens e Adultos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, e o *Decreto nº 5.840.130 de julho de 2006*, do Ministério da Educação, Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação básica na Modalidade de Educação de Jovens e adultos – PROEJA. Brasília, 2006.

sendo, em 1960, surge em Recife, o Movimento de Cultura Popular, em 1961, os Centros de Cultura Popular da União Nacional dos Estudantes, Movimento de Educação de Base (MEB) ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), “De Pé no Chão também se aprende a Ler” (Natal) e a Campanha de Educação Popular da Paraíba (CEPLAR). Segundo Soares, estes grupos foram se articulando e pressionaram o governo federal a fim de que os apoiasse e estabelecesse uma coordenação nacional das iniciativas, o que só ocorreu em 1963. Em novembro deste mesmo ano, foi criado o Plano Nacional de Alfabetização que previa a disseminação por todo o Brasil de programas de alfabetização orientados pelo “Sistema Paulo Freire”.

Com o golpe de 1964, ações de violenta repressão foram empreendidas pelos governos militares fazendo com que os programas, movimentos e campanhas fossem extintos ou fechados. No entanto, como o analfabetismo era gritante no país, o governo militar expandiu entre 1965 e 1967, a Cruzada ABC que pretendia desenvolver, a partir de uma visão de integração e subordinação ao capital internacional, programas de alfabetização, educação continuada, comunitária e orientação profissional. E em 1967, foi criada uma fundação que tinha como objetivo erradicar o analfabetismo e propiciar a educação continuada de adolescentes e adultos denominado de Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) que até meados da primeira década de 1980 atingia todo o território nacional. Em 1985 o MOBRAL foi substituído pela Fundação Educar que tinha como meta assessorar tecnicamente os municípios ou instituições da sociedade civil que ministravam o ensino supletivo. Não podemos deixar de mencionar aqui a Lei no 5692/71 que regulamentou o Ensino Supletivo, diferenciando-o do ensino regular básico e do secundário, com um capítulo próprio com cinco artigos e com as seguintes funções: suplência, suprimento, aprendizagem e qualificação (PARECER n° 699/72). Em 1974 foram criados, pelas Secretarias Estaduais de Educação, os Centros de estudos Supletivos (CES).

A Constituição de 1988 em seu Artigo 208 estabelece a garantia de “ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta para todos os que a ele não tivessem acesso na idade própria.” (Artigo 208). Esse artigo foi muito importante para a EJA, pois consagra a conquista do direito universal ao ensino público e gratuito independente da idade. De 1990 a 1992 ocorrem os descumprimentos dos acordos internacionais e os programas compensatórios passaram a ser incentivados. Em 1993, em consequência das obrigações constitucionais e dos compromissos internacionais assumidos, o governo federal estabeleceu o Plano Decenal da Educação para Todos que não atingiu suas metas.

Em 1996 é promulgada a LDB no 9.394/96 que reconhece a EJA como modalidade da educação básica nos níveis fundamental e médio tendo as seguintes funções: reparadora, equalizadora e qualificadora. Como modalidade de ensino possui parâmetros teórico-metodológicos próprios, práticas específicas e uma formação profissional compatíveis com o seu universo. De 1993 a 2003 ocorre uma ação centralizada de coordenação pelo governo federal e repasse de execução das políticas da educação básica de EJA para os estados e, principalmente, os municípios.

Em 2006 o Decreto no 5.840 instituiu o Programa de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) que tem como fundamento a integração entre trabalho, ciência, técnica, tecnologia, humanismo e cultura geral com a finalidade de contribuir para o enriquecimento científico, cultural, político e profissional como condições necessárias para o efetivo exercício da cidadania.

Podemos observar através deste breve histórico que a Educação de jovens e adultos, assim como a educação como um todo, sempre esteve atrelada ao processo de produção da sociedade em que está inserida levando a uma educação fragmentada e segmentada subordinando os processos educativos ao capital. Dentro deste contexto, Frigotto (2003) diz que:

A educação e a formação humana terão como sujeito definidor as necessidades, as demandas do processo de acumulação do capital sob as diferentes formas históricas de sociabilidade que assumir. Ou seja, reguladas e subordinadas pela esfera privada, e à sua reprodução. (p.30).

Percebemos claramente isso quando observamos a organização do trabalho nos anos 60 com o taylorismo/fordismo e nos anos 90 com o Toyotismo. Ou seja, podemos observar que a educação passou de uma tentativa de adequar-se às exigências do padrão fordista para, após profunda reformulação, a tentativa de adequar-se ao referencial de flexibilização e globalização (VENTURA, 2001, p.28).

Para nos situarmos historicamente neste processo de mudança de paradigma da educação de acordo com a organização do trabalho, faremos uma breve explanação sobre o Taylorismo/Fordismo e o Toyotismo.

No final do século XIX, nos Estados Unidos, dois engenheiros Ford e Taylor vão pensar em uma forma de organizar o trabalho que estava assentado numa base tecnológica chamada eletro-mecânica. A essa formação damos o nome de Administração Científica do Trabalho ou Taylorismo/Fordismo.

A Organização Científica do Trabalho apresentava alguns itens a serem considerados:

- Análise do trabalho e estudo dos tempos e movimentos: objetivava a isenção de movimentos inúteis, para que o operário executasse de forma mais simples e rápida a sua função, estabelecendo um tempo médio, a fim de que as atividades fossem feitas em um tempo menor e com qualidade, aumentando a produção de forma eficaz.

- Estudo da fadiga humana: a fadiga predispõe o trabalhador à diminuição da produtividade e perda de qualidade, acidentes, doenças e aumento da rotatividade de pessoal.

- Divisão do trabalho e especialização do operário, cada um se especializaria e desenvolveria as atividades em que mais tivesse aptidões.

- Desenho de cargos e tarefas: desenhar cargos é especificar o conteúdo de tarefas de uma função, como executar e as relações com os demais cargos existentes.

- Incentivos salariais e prêmios por produtividade.

- Condições de trabalho: O conforto do operário e o ambiente físico ganham valor, não porque as pessoas merecessem, mas porque são essenciais para o ganho de produtividade.

- Padronização: aplicação de métodos científicos para obter a uniformidade e reduzir os custos.

- Supervisão funcional: os operários são supervisionados por supervisores especializados, e não por uma autoridade centralizada.

- Homem econômico: o homem é motivável por recompensas salariais, econômicas e materiais.

- Pagamento diferenciado para quem produzia acima de certo padrão.

Essa concepção foi levada para a escola que ficou conhecida como escola de fábrica. A escola tinha a função de dar o mínimo de conhecimento para o indivíduo para que assim pudesse exercer uma função no mundo do trabalho. Era uma escola seletiva, excludente e dualista, pois para uns ministrava o mínimo de informações para que se engajassem no mercado de trabalho, a fim de serem treinados e especializados para ali permanecerem até se aposentarem. Enquanto que para outros, os filhos da classe dominante, eram oferecidos conhecimentos que os levassem até o ensino superior.

Com a transformação da base tecnológica de eletromecânica para a microeletrônica, surge outra forma de organizar o trabalho: o modelo japonês, o Toyotismo. Neste modelo, o trabalhador é considerado não só como apêndice da máquina, mas também como ser pensante, consciente

e integrado ao processo produtivo. Passa a vigorar o operário polivalente e multifuncional, capaz de trabalhar com diversas máquinas simultâneas. O trabalhador tornado polivalente é o que conhece além das suas atribuições peculiares, sendo capaz de compreender a essência do processo produtivo. Com a possibilidade de conhecer outras operações, pode-se reforçar a cooperação entre os funcionários de uma organização, aumentando a eficiência e a produtividade em prol do capitalismo (ANTUNES, 1999).

Sabemos que na sociedade capitalista de produção, os mecanismos que movem a engrenagem central estão alicerçados nos fatores que vão impulsionar, alavancar a lucratividade. Neste contexto destacamos o fator competitividade, flexibilização da produção e do trabalho e esgarçamento social. Não são as formas de conflitos sociais e sim o modo de produção e o progresso tecnológico que marcam a peculiaridade da época industrial. A irregularidade do progresso técnico é um dos fatos capitais da história. Entre a antiguidade e o mundo de ontem, as diferenças em termos das possibilidades técnicas foram inúmeras e ao seu tempo até contribuíram significativamente para as mudanças que processadas, oportunizaram avanços significativos em seu tempo e na forma como transformaram o mundo da produção, do trabalho e da própria sociedade.

No entanto, as transformações do mundo contemporâneo não consistem apenas em um novo estágio da sociedade industrial, aguçadas pelo rápido avanço tecnológico, mas um salto qualitativo em relação ao período anterior. Os produtos para consumo continuarão sendo produzidos em alta escala e em níveis crescentes de diferenciação, porém serão feitas pelas máquinas programadas e automatizadas. Logo, o trabalho humano para produzi-los será feito por inventores, gestores de métodos e processos e de técnicos. O conhecimento teórico-técnico, auxiliado pelas tecnologias da informação, e a capacidade de invenção serão a força de trabalho de maior valor e, portanto, a educação e a criatividade, os meios necessários para a empregabilidade.

Portanto, é necessário para esta nova sociedade, formar profissionais polivalentes, flexíveis, participativos, organizados e altamente especializados que saibam transformar informações em conhecimentos. Coutinho, 1994, nos chama atenção para o papel da educação nesta sociedade em que a competitividade é a mola propulsora de todo processo de produção dizendo que:

A educação é o foco de nova política orientada para a competitividade, com ação voltada para a qualidade de vida do trabalhador e melhor distribuição de renda.[...].A valorização dos recursos humanos, através da educação básica,

técnica e continuada dos trabalhadores, é o elemento central da mobilização para a competitividade. Todos os países que romperam a barreira do desenvolvimento atribuíram especial atenção à educação. (p.13).

Outrossim, compreende-se que existe uma necessidade de manter os sujeitos na escola para que eles possam atuar nesta nova realidade. Por isso a Educação de Jovens e Adultos hoje está em evidência, pois com as novas tecnologias, vêm ocorrendo mudanças no processo de produção e conseqüentemente novas formas de organizar o trabalho, criando assim incertezas e desafios para a sociedade e para o tabalhador. Uma das funções atuais da EJA é a função qualificadora que visa à atualização dos conhecimentos de forma constante, permanente, ou seja, que dá sentido a uma educação permanente. DI PIERRO, 2005, deixa bem claro a importância desta função quando diz:

Que diante das rápidas mudanças no mundo do trabalho, da ciência e da técnica, os conhecimentos adquiridos na escolarização realizada na infância e juventude não são suficientes para ancorar toda uma vida profissional e de participação sociocultural na idade adulta, impondo-se a educação permanente. (p. 1119).

Podemos também citar a V Conferência Internacional de Educação de Adultos realizada em Hamburgo, em julho de 1997, na Alemanha (que contou com a participação do Brasil) que proclamava o direito de todos à educação continuada ao longo da vida.

Na sociedade contemporânea é preciso que o jovem e o adulto estejam engajados na busca de novos conhecimentos para que possam viver plenamente a sua cidadania, seja para a sua inserção no mundo do trabalho ou no seu próprio cotidiano, descobrindo ou se redescobrando em novos campos de atuação, alcançando assim a realização de si mesmo.

Mais e mais é necessário desenvolver a capacidade cognitiva para poder estar inserido neste tipo de sociedade. Os alunos quando chegam à escola já vêm com esse pensamento, pois em seus depoimentos, quando indagados por que estão na EJA, são unânimes em dizer que buscam a complementação dos estudos para conseguirem a inserção no mundo do trabalho ou para serem reconhecidos socialmente. Para referendar, podemos citar o relato de uma ²aluna da VII Fase explicando porque estava na EJA:

² Entrevista realizada no dia 23 de maio de 2010 com aluna Tátilla da VII Fase da Educação de Jovens e Adultos da Escola Municipal Maria Lúcia no município de Campos dos Goytacazes-RJ.

A educação de jovens e adultos para nós é uma forma de recuperar o tempo perdido. Principalmente para aqueles que não tiveram oportunidade (grifo da aluna) de estudar. Isso nos dá mais uma chance de ter um futuro melhor, pois sabemos que sem os estudos somos discriminados na sociedade e impedidos de arrumar um bom emprego. Por isso a EJA é tão importante em nossas vidas.

Soares (2002) nos fala sobre a importância da educação nesses novos tempos quando fala que:

A educação, como chave indispensável para o exercício da cidadania contemporânea, vai se impondo cada vez mais nestes tempos de grandes mudanças e inovações nos processos produtivos. Ela possibilita ao indivíduo retomar seu potencial, desenvolver suas habilidades, confirmar competências adquiridas na educação extra-escolar e na própria vida, possibilitar um nível técnico e profissional mais qualificado. (p.40).

Para possibilitar esse nível técnico e profissional mais qualificado, citado por Soares, o governo federal criou o programa Escola de Fábrica, 23 de setembro de 2005, destinado à qualificação profissional em nível básico de estudantes pobres de 16 a 24 anos. Assim como foi criado o PROEJA, que visa à inserção de jovens e adultos no ensino médio recebendo uma qualificação técnico-profissional na rede federal de educação tecnológica. Porém, nas demais esferas, estaduais e municipais, não são oferecidos cursos profissionalizantes para este público recebendo apenas uma formação geral muitas vezes aligeirada e com certificação de baixa qualidade, levando ao que pode caracterizar-se como a “improdutividade” da EJA. (MOLL, VENTURA, 2001, p.22).

Ao falarmos desta modalidade de educação, não podemos deixar de mencionar a importância da formação dos seus educadores, pois sendo a EJA uma modalidade de ensino, possui normas próprias, um projeto político-pedagógico específico e um público peculiar. Di Pierro, 2005, nos lembra que:

A capacitação dos educadores se impõe também pela multiplicidade de agentes sociais envolvidos nos programas de alfabetização e educação de jovens e adultos, muitos dos quais são voluntários ou recrutados nos movimentos populares, sem habilitação profissional formal. (p. 1132).

E logo após ela fala das inúmeras dificuldades encontradas para formar os docentes, ressaltando “que os sistemas superiores de ensino não se envolvem com este campo educativo de pouco prestígio e baixo grau de formalização.” (DI PIERRO, 2005, p.1132).

Para concluirmos, podemos dizer que a EJA deve ser vista como o lugar da busca de conhecimento para a elevação do homem à condição de sujeito consciente da sua função no mundo em que está inserido, buscando a transformação do mesmo através da sua participação ativa em todos os processos sociais, econômicos, históricos e culturais da sociedade, e, ainda, da ampliação dos seus conhecimentos, satisfazendo assim suas múltiplas necessidades. Como nos fala Frigotto (2003), tornando-se assim um sujeito de direito que não pode ser mercantilizado.

Outrossim, consideramos ser a educação nestes moldes impressa, tecida, implementada a proposta-sonho de cada trabalhador.

Em relação ao trabalho docente, cumpre ressaltar a importância do exercício de uma prática pedagógica tecida do bojo de uma ação educativa político-emancipadora, capaz de formar o homem, o trabalhador, o cidadão livre, consciente e responsável, social e moralmente estruturado.

Esse formato de educação serve ao interesse do trabalhador e da nação. O legado que nos fala da proposta educacional emancipadora, perpassa a ação política e educativa proposta por Paulo Freire. Assim reiteramos que, a ação dialógica, seja a base da ação pedagógica constituída para os jovens e adultos trabalhadores. Esta ação pautada no diálogo entre os pares que constitui o processo educativo fará com que a troca de saberes entre ambos enriqueça os debates em sala de aula, oportunizando uma aprendizagem contextualizada e significativa.

Assim, a ação educativa busca contemplar os interesses e as necessidades do aluno-trabalhador, tanto no aspecto pertinente às práticas cidadãs, quanto no que diz respeito à preparação para o exercício do trabalho.

Perfil dos alunos do PROEJA/IFF

O objetivo deste trabalho é situar a EJA no contexto da organização do trabalho no mundo neoliberal, onde a competitividade faz com que os sujeitos sintam a necessidade de retornar a escola na busca de conhecimento como um diferencial para se manter ou reingressar no mercado de trabalho

formal que é extremamente excludente. E para dar um embasamento a esse trabalho foi necessário fazer uma pesquisa de campo entre alunos egressos no PROEJA da instituição pesquisada, ⁴IFF campus - centro, traçando assim o perfil deste educando, seus anseios e sua necessidade de estarem neste espaço escolar.

Nesta pesquisa foi aplicado um questionário para 15 alunos da última fase do PROEJA. O curso profissional oferecido é eletrotécnica Integrado ao Ensino Médio.

A turma é formada por 24 alunos onde apenas um é do sexo feminino. Possui uma faixa etária em que o mais novo tem 22 anos e o mais velho 46. Comprovadamente, 60% destes alunos são oriundos do município de Campos dos Goytacazes e 40% de municípios vizinhos. Do total 87%, cursaram o ensino fundamental na escola pública e apenas 13 % em escola particular como mostra a Figura 1.

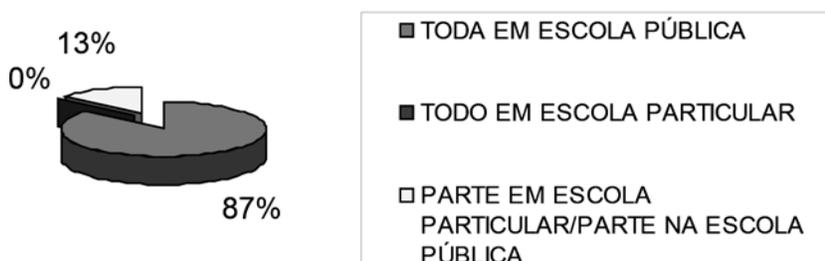


Figura 1 - Instituição onde cursou o ensino fundamental

⁴ Instituto Federal Fluminense - Campos dos Goytacazes-RJ - campus-centro. A História do IF Fluminense começou no início do século passado. Foi Nilo Peanha, o então presidente da república, que criou através do decreto número 7566 de 23 de setembro de 1909, as Escolas de Aprendizes e Artífices com o propósito de educar e proporcionar oportunidades de trabalho para os jovens das classes menos favorecidas. A princípio, a idéia foi implantar as escolas nas capitais dos Estados, mas excepcionalmente no Estado do Rio de Janeiro, a escola não foi instalada na capital e sim na cidade de Campos. No dia 23 de janeiro de 1910, a escola entrou em funcionamento, a nona a ser criada no Brasil com cinco cursos: alfaiataria, marcenaria, tornearia, sapataria e eletricidade. Doze anos depois as Escolas de Aprendizes e Artífices de nível primário são transformadas em Escolas Industriais e Técnicas. Em meados da década de 60, novos cursos são criados na Escola Técnica Federal de Campos: edificações, eletrotécnica e mecânica de máquinas e em março de 1968, são inauguradas as novas instalações da então Escola Técnica Federal de Campos no Parque Dom Bosco. No ano de 1974, a ETFC passa a oferecer apenas cursos técnicos em seu currículo oficial e põe fim as antigas oficinas. Neste ano, a Petrobrás anuncia a descoberta de campos de petróleo no litoral norte do estado. A Escola Técnica Federal de Campos, agora mais do que nunca, representa o caminho para o sonho e passa a ser a principal formadora de mão de obra para as empresas que operam na bacia de Campos. No começo da década de 90, as Escolas Técnicas Federais são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica, porém, só em 1999, depois de um longo período de avaliação institucional, seis unidades da Rede Federal são autorizadas a oferecer cursos em nível de terceiro grau. O Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos é uma delas. Foi em outubro de 2004, sob decretos, assinados pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva, o CEFET passou a ser Centro Universitário, com todas as prerrogativas que lhe eram inerentes. Além do ensino médio e técnico, o CEFET Campos passa a oferecer os cursos superiores de Automação, Manutenção Industrial, Indústria do Petróleo e Gás, Desenvolvimento de Software, Design Gráfico, Geografia, Matemática, Arquitetura e Ciências da Natureza nas modalidades: Química, Física e Biologia, além de três pós-graduações *lato sensu*: Educação Ambiental, Produção Sistemas e Literatura, Memória Cultural Sociedade e um curso de mestrado em Engenharia de Meio Ambiente. Disponível em: <<http://portal.iff.edu.br/campus/campos-centro/historico/?searchterm=historico>>. Acesso em: 03 dez. 2010.

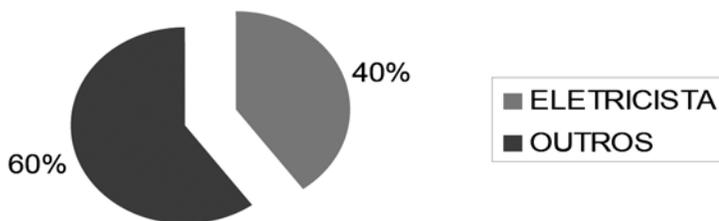


Figura 2 - Profissão dos alunos matriculados no PROEJA

Ao analisarmos a Figura 2, observamos que apenas 40% dos alunos matriculados são eletricitistas por profissão e os demais, 60%, possuem outras profissões. Isso justifica porque apenas 40% responderam que a sua perspectiva quanto ao término do curso seria a qualificação profissional enquanto que os demais esperam trabalhar na área específica.

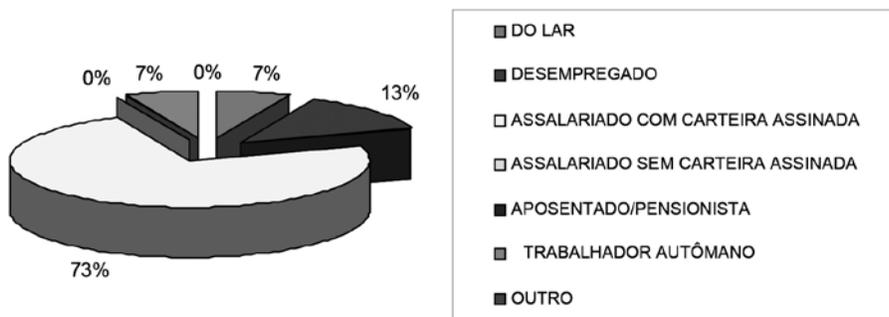


Figura 3 - Situação do aluno no mercado de trabalho

Quanto a esta situação, observamos que 73 % dos alunos estão inseridos no mercado de trabalho formal sendo assalariados com carteira assinada. Apenas 7% estão no mercado informal, 13% desempregados e 7% não exercem profissão.

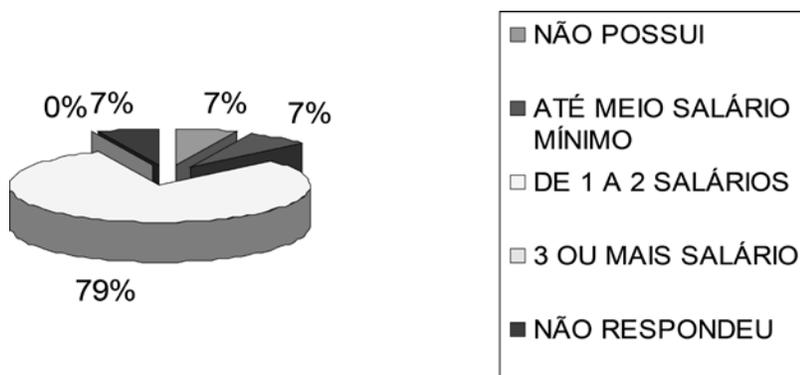


Figura 4 - Renda individual do aluno em salários mínimos

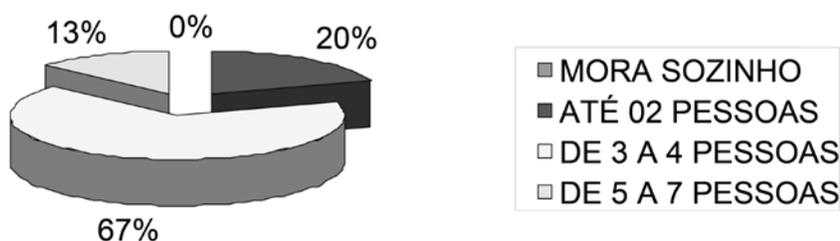


Figura 5 - Número de pessoas na família do aluno

A renda individual dos alunos aqui pesquisados, como mostra a Figura 4, concentra-se entre um a dois salários mínimos, com 79%. Em segundo lugar, com 7%, estão com uma renda individual de meio salário mínimo. E 7% não possuem renda individual. Ao cruzarmos a renda individual com o número de pessoas na família, chegamos à conclusão de que a renda familiar revela-se insuficiente já que, como podemos observar na Figura 5, o número de pessoas na família concentra-se de 03 a 04 pessoas, levando em consideração que a maior parte dos pesquisados, 67%, são chefes de família como mostra a Figura 6.

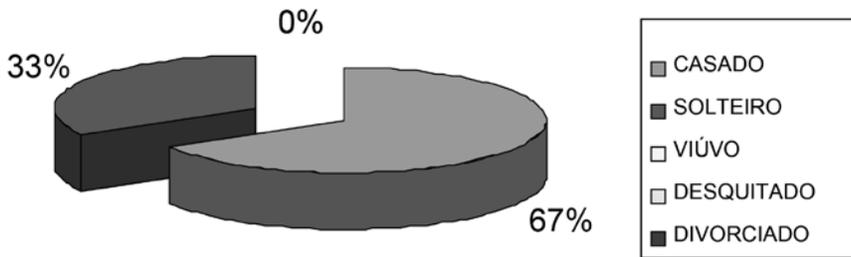


Figura 6 - Estado civil do aluno

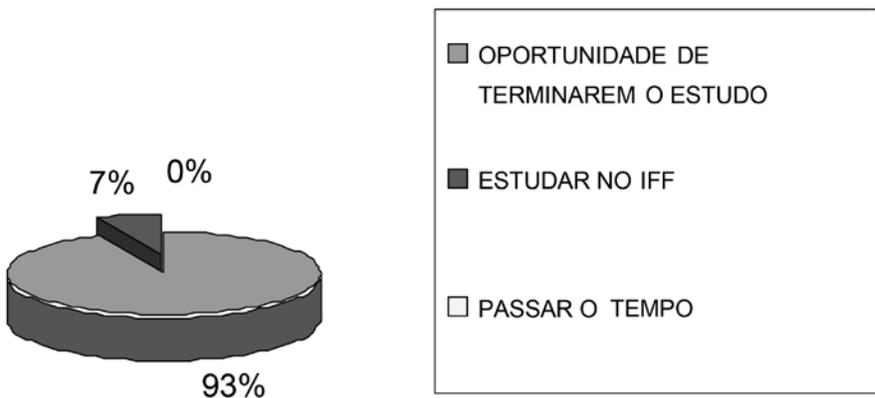


Figura 7 - Motivação para o egresso estudar no IFF

Ao indagarmos qual o motivo que o levou a entrar no PROEJA IFF, notamos que 93% dos entrevistados afirmaram que era uma oportunidade para terminar os estudos e entrar para o mercado de trabalho.

Considerações finais

Com a globalização e o crescente avanço tecnológico, é preciso que o trabalhador busque qualificar-se para assegurar um desempenho elevado que lhe possibilite a inserção ou permanência no mercado de trabalho formal. Além de uma boa capacidade geral e específica, a sociedade de hoje impõe também ao trabalhador uma preparação subjetiva para perceber

oportunidades e saber utilizá-las, ou seja, ter o conhecimento e saber utilizá-lo para resolver uma situação-problema.

Dentro desta perspectiva podemos observar que, segundo o levantamento feito no nosso campo de pesquisa, os trabalhadores veem esta necessidade de reingressar na escola buscando a qualificação ou a conclusão de seus estudos tornando-o capaz de ingressar, reingressar ou manter-se no mercado de trabalho formal.

Podemos observar que a escola continua sendo vista enquanto instituição capaz de oferecer-lhes a formação adequada para atingir seus objetivos. Porém, sabemos também que esta instituição sozinha, não dá conta ao oferecer esta formação, discutir e esgotar na sua totalidade a amplitude dos saberes, competências e habilidades que o mercado de trabalho requer. Outrossim, sabemos que nem todos que estão bem preparados conseguirão adentrar neste espaço, pois é sabido que na sociedade capitalista de produção não existe garantia de inclusão de todos, assim como o processo de exclusão perpassa a níveis de formação (escolarização) envolvendo também aspectos legais de acesso e garantia de permanência no mundo do trabalho. Faz-se necessário para a vida nesta nova sociedade, uma formulação de uma ampla política de instrução e educação formal implementada por todos os organismos sociais que partilham essa missão, ou seja, o Estado, a escola, a igreja e as empresas.

Por isso, acreditamos que a EJA deva ter uma nova visão de educação possibilitando ao aluno-trabalhador desenvolver suas potencialidades, construir novos conceitos e habilidades que o capacitará a exercer funções mais qualificadas no mundo do trabalho.

Considerando o aluno-trabalhador como um sujeito inacabado, responsável, digno, capaz de superar as dificuldades, os limites entre tempos e espaços. Capaz de superar, inclusive, a ausência de uma base sustentável de informação, tornando-o capaz então de alcançar os níveis superiores de formação escolar. E a ação pedagógica capaz de propiciar tal ação deve ser tecida numa perspectiva dialógica em que o diálogo entre educador e educando permeie todo o processo educativo levando em consideração o saber do aluno fazendo com que a aprendizagem seja significativa e contextualizada. Podemos afirmar também que através deste diálogo o aluno vai se perceber como sujeito de direito, que está inserido no mundo compreendendo assim a importância de sua participação no processo de transformação de sua própria realidade e da sociedade na qual convive.

Referências

ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *LDBEN- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96*.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *LDBEN. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5692/71*.

_____. Ministério da Educação. *Decreto nº 5.840.130 de julho de 2006*. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação básica na Modalidade de Educação de Jovens e adultos – PROEJA. Brasília, 2006.

_____. Congresso Nacional. *Decreto nº 5478 de 24 de Junho de 2005*.

_____. *Constituição Federal*. Ed. Administrativa. Brasília, DF: Senado Federal, atualiz. até 2 de setembro de 2006.

_____. *Parecer CEB/CNE 11/2000*. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *Documento Base - PROEJA*. Brasília, 2007.

_____. CHAGAS, Valnir, Relator. *Parecer nº 699/72 de 06 de julho de 1972*, CFE de 1º e 2º Graus, aprovado em 06/07/72. Legislação do Ensino Supletivo. Ed. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1981.

COUTINHO, Luciano G.; FERRAZ, João Carlos. *Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira*. São Paulo: Papirus, 1994.

DI PIERRO, Maria Clara. Notas Sobre a Redefinição da Identidade e das Políticas Públicas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil. *Educ. Soc.*, São Paulo, v. 26, n. 92, p. 1115-1139, Especial, out. 2005. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a Crise do Capitalismo Real*. São Paulo: Cortez, 2003.

SOARES, Leôncio José Gomes. *Diretrizes Curriculares Nacionais Educação de Jovens e Adultos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

VENTURA, Jaqueline P. *O PLANFOR e a Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores: a subalternidade reiterada*. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.